

**AUTÓGRAFO Nº 85/2025**  
**PROJETO DE LEI Nº 99/2025**

**ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 5.656, DE 02 DE ABRIL DE 2024, QUE INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL.**

O Prefeito do Município de Garça, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** O Parágrafo único, do artigo 1º da Lei Municipal nº 5.656, de 02 de abril de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 1º ...*

*Parágrafo único.* A Educação em Tempo Integral constitui política pública estruturante para a garantia do direito humano à educação, assegurando inclusão educacional, equidade, participação, justiça curricular e aprendizagem com qualidade social.

**Art. 2º** O artigo 3º da Lei Municipal nº 5.656, de 02 de abril de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 3º Considera-se educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou jornada semanal igual ou superior a 35 (trinta e cinco) horas, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total em que o aluno permanece na escola ou em atividades escolares em outros espaços educacionais.*

*§ 1º Integram a jornada escolar e compõem o processo educativo os tempos dedicados à alimentação, à higiene, à socialização e à convivência, assegurando intencionalidade pedagógica, infraestrutura e acompanhamento por profissionais qualificados.*

*§ 2º Os tempos de descanso, deslocamento interno, acolhimento e transição entre atividades devem ser planejados como parte da rotina escolar, respeitando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos educandos.*

**Art. 3º** Fica acrescido o artigo 3ºA, na Lei Municipal nº 5.656, de 02 de abril de 2024:

*“Art. 3ºA A estrutura do atendimento da Educação em Tempo Integral respeitará a demanda da comunidade, podendo se articular em uma ou mais de uma das seguintes formas de oferta:*

*I - escolas exclusivas de tempo integral, caracterizadas pela oferta de todas as matrículas e todas as turmas em jornada ampliada, com duração igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou jornada semanal igual ou superior a 35 (trinta e cinco) horas;*

*II - escolas mistas, caracterizadas pela oferta de parte de suas turmas em jornada ampliada, com duração igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou jornada semanal igual ou superior a 35 (trinta e cinco) horas,*

*e parte de suas turmas em jornada parcial”.*

**Art. 4º** O artigo 4º da Lei Municipal nº 5.656, de 02 de abril de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 4º As atividades realizadas nas Escolas de Tempo Integral poderão ser desenvolvidas dentro do espaço escolar, de acordo com a disponibilidade, ou fora dele sob orientação pedagógica, mediante o uso dos equipamentos públicos, organizações da sociedade civil e coletivos comunitários que atuem no território, assegurando a articulação intersetorial nos diferentes níveis de governo e nas regiões administrativas, promovendo a atuação integrada entre as secretarias, órgãos governamentais e instituições conveniadas.*

*§ 1º As orientações pedagógicas para a Educação Infantil devem promover a ampliação e a diversificação de oportunidades qualificadas para o pleno exercício dos direitos de aprendizagem, conforme estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, em consonância com a BNCC e com as Diretrizes Operacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil, de acordo com resoluções vigentes.*

*§ 2º As orientações pedagógicas para o Ensino Fundamental deverão promover o aprofundamento e a diversificação das aprendizagens, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, e com a BNCC, no que se refere a essa etapa de ensino, priorizando atividades que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes e contemplem as diferentes dimensões do conhecimento, da cultura e da vida social, conforme preconizam esses referenciais, conforme as resoluções vigentes.”*

**Art. 5º** O artigo 6º da Lei Municipal nº 5.656, de 02 de abril de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 6º ...*

(...)

*I - ampliar o período de permanência dos alunos na escola;*

(...)

*III - reduzir a taxa do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano escolar, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar;*

*IV - aperfeiçoar os resultados de aprendizagem da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, nos anos iniciais e finais, garantindo a ampliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB;*

*V - aprimorar o desenvolvimento pleno dos alunos nas dimensões física, afetiva, cognitiva, socioemocional e ética;*  
(...)"

**Art. 6º** O artigo 7º da Lei Municipal nº 5.656, de 02 de abril de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação

*“Art. 7º A Escola em Tempo Integral é um direito de todos, devendo priorizar os atendimentos para os alunos:*

*I - em situação de risco, vulnerabilidade social e famílias beneficiadas com programas de redistribuição de renda (bolsa-família, renda cidadã etc.);*

*II - em distorção idade/ano escolar;*

(...)

*V - com dificuldades de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática;*

(...).”

**Art. 7º** Fica acrescido o artigo 7ºA, na Lei Municipal nº 5.656, de 02 de abril de 2024:

*“Art. 7ºA Para que os objetivos, elencados no artigo 7º desta lei sejam alcançados, os profissionais da educação terão uma jornada de trabalho adequada à política municipal de educação integral, contemplando tempo para planejamento, formação continuada, atendimento aos alunos em período integral, estudo e pesquisas”.*

**Art. 8º** Fica acrescido o artigo 7ºB, na Lei Municipal nº 5.654,  
de 02 de abril de 2024:

*“Art. 7ºB A Secretaria Municipal, visando atender aos objetivos da Política Municipal de Educação de tempo integral, poderá implantar nas Unidades Escolares de Tempo Integral o Regime de Dedicação Plena e Integral (R.P.D.I), tendo como objetivo o bom andamento do ensino, alinhamento da proposta pedagógica, avaliação dos resultados com eficiência, bem como uma melhor otimização de recursos públicos”.*

**Art. 9º** Fica acrescido o artigo 7ºC, na Lei Municipal nº 5.656,  
de 02 de abril de 2024:

*“Art. 7ºC O Regime de Dedicação Plena e Integral (R.P.D.I) será de 40 (quarenta) horas semanais na unidade escolar de tempo integral e se constituirá da seguinte forma:*

- I- jornada do cargo efetivo do professor;*
- II- carga suplementar para completar a jornada de 40 horas semanais;*
- III- gratificação referente à dedicação plena e integral àquela unidade escolar no valor de 25% do salário base – nível I - correspondente ao cargo efetivo do professor.*

*§ 1º Havendo na unidade escolar de tempo integral com o Regime de Dedicação Plena e Integral, professor efetivo em dois cargos, o mesmo poderá aderir as ações relativas ao Programa de Educação em Tempo Integral, bem como a carga horária do R.P.D.I (40h semanais), fazendo jus ao vencimento dos dois cargos efetivos, mais a gratificação pela adesão ao regime.*

*§ 2º A gratificação de 25% (nível I), prevista no parágrafo anterior, será devida em apenas em um dos cargos, quando se tratar de jornadas iguais, e no cargo de jornada maior quando se tratar de jornadas diferentes”.*

**Art. 10** Fica acrescido o artigo 7ºD, na Lei Municipal nº 5.656,  
de 02 de abril de 2024:



**CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

*“Art. 7ºD A implementação do Regime de Dedicação Plena e Integral (R.P.D.I) e todas suas especificidades será regulamentada através de Decreto que subsidiará o processo de atribuição de classes”.*

**Art. 11** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 12** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Garça, assinado e datado eletronicamente.

Raquel Sartori  
Presidente

Paulo André Faneco  
1º Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Garça, na data supra.

Antonio Marcos Pereira  
Secretário Legislativo

Documento assinado eletronicamente pelo(s) autor(es), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-1, de 27 de julho de 2001, em conformidade com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

